



PARATY-RJ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY -
RIO DE JANEIRO**

Professor de Educação Básica I

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY/RJ -
CONCURSO PÚBLICO 01/2024**

**CÓD: OP-007ST-24
7908403562688**

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos	7
3. Pontuação	8
4. Sentido próprio e figurado das palavras (Figuras de Linguagem)	8
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	12
6. Concordância verbal e nominal	20
7. Regência verbal e nominal.....	22
8. Crase	23
9. Colocação pronominal	23
10. Processo de formação das palavras	24
11. Coesão	25

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números reais	33
2. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.....	35
3. Razão e proporção	37
4. Porcentagem.....	38
5. Regra de três simples e composta	40
6. Juro simples	42
7. Média aritmética simples e ponderada	42
8. Sistema de equações do 1º grau.....	45
9. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	48
10. Sistemas de medidas usuais	51
11. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo.....	53
12. Resolução de situações-problema	66
13. teorema de Pitágoras.....	66
14. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências	70

Noções de Informática

1. MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016	95
2. MS-Word 2016: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....	98

3. MS-Excel 2016: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, cargos e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	108
4. MS-PowerPoint 2016: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides.....	114
5. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	122
6. Internet: navegação internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas	124

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica I

7. Teorias da Educação: Principais teorias da educação e seus fundamentos	133
8. Contribuições de teóricos como Piaget, Vygotsky, Freinet, entre outros	134
9. Aplicação das teorias da educação no contexto da educação infantil e fundamental.....	135
10. Desenvolvimento Infantil: Etapas do desenvolvimento infantil. Características cognitivas, sociais, emocionais e físicas das crianças	137
11. Importância do brincar no desenvolvimento infantil.....	138
12. Metodologias de Ensino: Abordagens pedagógicas para o ensino na educação infantil e fundamental	139
13. Planejamento de aulas e atividades pedagógicas. Uso de recursos didáticos e tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem.....	141
14. Currículo e Avaliação: Elaboração e organização do currículo escolar	146
15. Avaliação da aprendizagem e instrumentos avaliativos.....	147
16. Adaptação curricular para atender às necessidades dos alunos	148
17. Gestão de Sala de Aula: Estratégias de gestão de sala de aula. Promoção de um ambiente de aprendizagem inclusivo e participativo	151
18. Mediação de conflitos e promoção do bom convívio escolar.....	152
19. Diversidade e Inclusão: Valorização da diversidade cultural, étnica, linguística e de gênero	154
20. Atuação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais.....	155
21. Estratégias para promover a inclusão e o respeito à diversidade na escola	156
22. Ética e Legislação Educacional: Ética profissional e responsabilidades do educador	158
23. Legislação educacional brasileira	159
24. Direitos e deveres do professor e dos alunos	176
25. Parceria com a Família e Comunidade: Importância da parceria entre escola, família e comunidade.....	178
26. Estratégias para envolver os pais no processo educativo	179
27. Integração da escola com a comunidade local para promover a educação integral dos alunos	180
28. Livro de Paraty “Cidade da gente”	181

Conhecimentos Específicos - Legislação

1. Lei Municipal nº 851 de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos funcionários públicos municipais de Paraty e dá outras providências	187
2. Lei Orgânica de Paraty	197

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade.

Exemplo: *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade.

Exemplo: *forte* <—> *fraco*

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Exemplo: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes.

Exemplo: *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes.

Exemplo: *cem* (numeral) X *sem* (falta); *conserto* (arrumar) X *concerto* (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes.

Exemplo: *colher* (talher) X *colher* (verbo); *acerto* (substantivo) X *acerto* (verbo).

Polissemia e monosssemia

As palavras **polissemicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase.

Exemplo: *cabeça* (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas que apresentam apenas um significado.

Exemplo: *eneágono* (polígono de nove ângulos).

Denotação e conotação

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal.

Exemplo: *Está fazendo frio.* / *Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado.

Exemplo: *Você me olha com frieza.* / *Pé da cadeira.*

Hiperonímia e hiponímia

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.



Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente.

Exemplo: *Fruta é hiperônimo de limão.*

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo.

Exemplo: *Limão é hipônimo de fruta.*

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado.

Exemplo: *loiro – louro / enfarte – infarto / gatinhar – engatinhar.*

Arcaísmo

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente.

Exemplo: *botica <—> farmácia / franquia <—> sinceridade.*

SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS (FIGURAS DE LINGUAGEM)

É possível empregar as palavras no sentido *próprio* ou no sentido *figurado*.

Ex.:

- Construí um muro de **pedra**. (Sentido próprio).
- Dalton tem um coração de **pedra**. (Sentido figurado).
- As águas **pingavam** da torneira. (Sentido próprio).
- As horas iam **pingando** lentamente. (Sentido figurado).

Denotação

É o sentido da palavra interpretada ao pé da letra, ou seja, de acordo com o sentido geral que ela tem na maioria dos contextos em que ocorre. Trata-se do sentido próprio da palavra, aquele encontrado no dicionário. Por exemplo: *“Uma pedra no meio da rua foi a causa do acidente”*.

A palavra *“pedra”* aqui está usada em sentido literal, ou seja, o objeto mesmo.

Conotação

É o sentido da palavra desviado do usual, ou seja, aquele que se distancia do sentido próprio e costumeiro. Por exemplo: *“As pedras atiradas pela boca ferem mais do que as atiradas pela mão”*.

“Pedras”, neste contexto, não está indicando o que usualmente significa (objeto), mas um insulto, uma ofensa produzida pelas palavras, capazes de machucar assim como uma pedra “objeto” que é atirada em alguém.

Ampliação de Sentido

Fala-se em ampliação de sentido quando a palavra passa a designar uma quantidade mais ampla de significado do que o seu original.

“Embarcar”, por exemplo, originariamente era utilizada para designar o ato de viajar em um barco. Seu sentido foi ampliado consideravelmente, passando a designar a ação de viajar em outros veículos também. Hoje se diz, por ampliação de sentido, que um passageiro:

- Embarcou em um trem.

- Embarcou no ônibus das dez.
- Embarcou no avião da força aérea.
- Embarcou num transatlântico.

“Alpinista”, em sua origem, era utilizada para indicar aquele que escala os Alpes (cadeia montanhosa europeia). Depois, por ampliação de sentido, passou a designar qualquer tipo de praticante de escalar montanhas.

Restrição de Sentido

Ao lado da ampliação de sentido, existe o movimento inverso, isto é, uma palavra passa a designar uma quantidade mais restrita de objetos ou noções do que originariamente designava.

É o caso, por exemplo, das palavras que saem da língua geral e passam a ser usadas com sentido determinado, dentro de um universo restrito do conhecimento.

A palavra *aglutinação*, por exemplo, na nomenclatura gramatical, é bom exemplo de especialização de sentido. Na língua geral, ela significa qualquer junção de elementos para formar um todo, todavia, em Gramática designa apenas um tipo de formação de palavras por composição em que a junção dos elementos acarreta alteração de pronúncia, como é o caso de *pernilongo* (perna + longa).

Se não houver alteração de pronúncia, já não se diz mais aglutinação, mas justaposição. A palavra *Pernalonga*, por exemplo, que designa uma personagem de desenhos animados, não se formou por aglutinação, mas por justaposição.

Em linguagem científica é muito comum restringir-se o significado das palavras para dar precisão à comunicação.

A palavra *girassol*, formada de *gira* (do verbo girar) + *sol*, não pode ser usada para designar, por exemplo, um astro que gira em torno do Sol, seu sentido sofreu restrição, e ela serve para designar apenas um tipo de flor que tem a propriedade de acompanhar o movimento do Sol.

Existem certas palavras que, além do significado explícito, contêm outros implícitos (ou pressupostos). Os exemplos são muitos. É o caso do pronome *outro*, por exemplo, que indica certa pessoa ou coisa, pressupondo necessariamente a existência de ao menos uma além daquela indicada.

Prova disso é que não faz sentido, para um escritor que nunca lançou um livro, dizer que ele estará autografando seu *outro* livro. O uso de *outro* pressupõe, necessariamente, ao menos um livro além daquele que está sendo autografado.

PONTUAÇÃO

Para a elaboração de um texto escrito, deve-se considerar o uso adequado dos **sinais de pontuação** como: pontos, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, travessão, parênteses, reticências, aspas, etc.

Tais sinais têm papéis variados no texto escrito e, se utilizados corretamente, facilitam a compreensão e entendimento do texto.

— A Importância da Pontuação

¹As palavras e orações são organizadas de maneira sintática, semântica e também melódica e rítmica. Sem o ritmo e a melodia, os enunciados ficariam confusos e a função comunicativa seria prejudicada.

1 BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

O uso correto dos sinais de pontuação garante à escrita uma solidariedade sintática e semântica. O uso inadequado dos sinais de pontuação pode causar situações desastrosas, como em:

- Não podem atirar! (entende-se que atirar está proibido)
- Não, podem atirar! (entende-se que é permitido atirar)

— Ponto

Este ponto simples final (.) encerra períodos que terminem por qualquer tipo de oração que não seja interrogativa direta, a exclamativa e as reticências.

Outra função do ponto é a da pausa oracional, ao acompanhar muitas palavras abreviadas, como: *p.*, *2.ª*, entre outros.

Se o período, oração ou frase terminar com uma abreviatura, o ponto final não é colocado após o ponto abreviativo, já que este, quando coincide com aquele, apresenta dupla serventia.

Ex.: “O ponto abreviativo põe-se depois das palavras indicadas abreviadamente por suas iniciais ou por algumas das letras com que se representam, *v.g.* ; *V. S.ª* ; *Il.ª* ; *Ex.ª* ; etc.” (Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro)

O ponto, com frequência, se aproxima das funções do ponto e vírgula e do travessão, que às vezes surgem em seu lugar.

Obs.: Estilisticamente, pode-se usar o ponto para, em períodos curtos, empregar dinamicidade, velocidade à leitura do texto: “Era um garoto pobre. Mas tinha vontade de crescer na vida. Estudou. Subiu. Foi subindo mais. Hoje é juiz do Supremo.”. É muito utilizado em narrações em geral.

— Ponto Parágrafo

Separa-se por ponto um grupo de período formado por orações que se prendem pelo mesmo centro de interesse. Uma vez que o centro de interesse é trocado, é imposto o emprego do ponto parágrafo se iniciando a escrever com a mesma distância da margem com que o texto foi iniciado, mas em outra linha.

O parágrafo é indicado por (§) na linguagem oficial dos artigos de lei.

— Ponto de Interrogação

É um sinal (?) colocado no final da oração com entonação interrogativa ou de incerteza, seja real ou fingida.

A interrogação conclusa aparece no final do enunciado e requer que a palavra seguinte se inicie por maiúscula. Já a interrogação interna (quase sempre fictícia), não requer que a próxima palavra se inicie com maiúscula.

Ex.: — Você acha que a gramática da Língua Portuguesa é complicada?

— Meu padrinho? É o Excelentíssimo Senhor coronel Paulo Vaz Lobo Cesar de Andrade e Sousa Rodrigues de Matos.

Assim como outros sinais, o ponto de interrogação não requer que a oração termine por ponto final, a não ser que seja interna.

Ex.: “Esqueceu alguma coisa? perguntou Marcela de pé, no patamar”.

Em diálogos, o ponto de interrogação pode aparecer acompanhando do ponto de exclamação, indicando o estado de dúvida de um personagem perante diante de um fato.

Ex.: — “Esteve cá o homem da casa e disse que do próximo mês em diante são mais cinquenta...

— ?!...”

— Ponto de Exclamação

Este sinal (!) é colocado no final da oração enunciada com entonação exclamativa.

Ex.: “Que gentil que estava a espanhola!”

“Mas, na morte, que diferença! Que liberdade!”

Este sinal é colocado após uma interjeição.

Ex.: — Olé! exclamei.

— Ah! brejeiro!

As mesmas observações vistas no ponto de interrogação, em relação ao emprego do ponto final e ao uso de maiúscula ou minúscula inicial da palavra seguinte, são aplicadas ao ponto de exclamação.

— Reticências

As reticências (...) demonstram interrupção ou incompletude de um pensamento.

Ex.: — “Ao proferir estas palavras havia um tremor de alegria na voz de Marcela: e no rosto como que se lhe espalhou uma onda de ventura...”

— “Não imagina o que ela é lá em casa: fala na senhora a todos os instantes, e aqui aparece uma pamonha. Ainda ontem...”

Quando colocadas no fim do enunciado, as reticências dispensam o ponto final, como você pode observar nos exemplos acima.

As reticências, quando indicarem uma enumeração inconclusa, podem ser substituídas por *etc.*

Ao transcrever um diálogo, elas indicam uma não resposta do interlocutor. Já em citações, elas podem ser postas no início, no meio ou no fim, indicando supressão do texto transcrito, em cada uma dessas partes.

Quando ocorre a supressão de um trecho de certa extensão, geralmente utiliza-se uma linha pontilhada.

As reticências podem aparecer após um ponto de exclamação ou interrogação.

— Vírgula

A vírgula (,) é utilizada:

- Para separar termos coordenados, mesmo quando ligados por conjunção (caso haja pausa).

Ex.: “Sim, eu era esse garção bonito, airoso, abastado”.

IMPORTANTE!

Quando há uma série de sujeitos seguidos imediatamente de verbo, não se separa do verbo (por vírgula) o último sujeito da série .

Ex.: Carlos Gomes, Vítor Meireles, Pedro Américo, José de Alencar tinham-nas começado.

- Para separar orações coordenadas aditivas, mesmo que estas se iniciem pela conjunção *e*, proferidas com pausa.

Ex.: “Gostava muito das nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quanta podia obter”.

- Para separar orações coordenadas alternativas (*ou, quer, etc.*), quando forem proferidas com pausa.

Ex.: Ele sairá daqui logo, *ou eu me desligarei do grupo.*

IMPORTANTE!



Quando *ou* exprimir retificação, esta mesma regra vigora.

Ex.: Teve duas fases a nossa paixão, *ou* ligação, *ou* qualquer outro nome, que eu de nome não curo.

Caso denote equivalência, o *ou* posto entre os dois termos não é separado por vírgula.

Ex.: Solteiro *ou* solitário se prende ao mesmo termo latino.

- Em aposições, a não ser no especificativo.

Ex.: “ora enfim de uma casa que ele meditava construir, para residência própria, casa de feito moderno...”

- Para separar os pleonasmos e as repetições, quando não tiverem efeito superlativamente.

Ex.: “Nunca, nunca, meu amor!”

A casa é linda, linda.

- Para intercalar ou separar vocativos e apostos.

Ex.: Brasileiros, é chegada a hora de buscar o entendimento.

É aqui, nesta querida escola, que nos encontramos.

- Para separar orações adjetivas de valor explicativo.

Ex.: “perguntava a mim mesmo por que não seria melhor deputado e melhor marquês do que o lobo Neves, — *eu, que valia mais*, muito mais do que ele, — ...”

- Para separar, na maioria das vezes, orações adjetivas restritiva de certa extensão, ainda mais quando os verbos de duas orações distintas se juntam.

Ex.: “No meio da confusão que produzira por toda a parte este acontecimento inesperado e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam, ninguém reparou nos dois cavaleiros...”

IMPORTANTE!

Mesmo separando por vírgula o sujeito expandido pela oração adjetiva, esta pontuação pode acontecer.

Ex.: Os que falam em matérias que não entendem, parecem fazer gala da sua própria ignorância.

- Para separar orações intercaladas.

Ex.: “Não lhe posso dizer com certeza, respondi eu”

- Para separar, geralmente, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que aparecem antes ou no meio da sua principal.

Ex.: “Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta...”

- Para separar o nome do lugar em datas.

Ex.: São Paulo, 14 de janeiro de 2020.

- Para separar os partículas e expressões de correção, continuação, explicação, concessão e conclusão.

Ex.: “e, *não obstante*, havia certa lógica, certa dedução”

Sairá amanhã, *aliás*, depois de amanhã.

- Para separar advérbios e conjunções adversativas (*porém, todavia, contudo, entretanto*), principalmente quando pospostos.

Ex.: “A proposta, *porém*, desdizia tanto das minhas sensações últimas...”

- Algumas vezes, para indicar a elipse do verbo.

Ex.: Ele sai agora: eu, logo mais. (omitiu o verbo “sairei” após “eu”; elipse do verbo sair)

- Omissão por zeugma.

Ex.: Na classe, alguns alunos são interessados; outros, (são) relapsos. (Supressão do verbo “são” antes do vocábulo “relapsos”)

- Para indicar a interrupção de um seguimento natural das ideias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária.

- Para evitar e desfazer alguma interpretação errônea que pode ocorrer quando os termos estão distribuídos de forma irregular na oração, a expressão deslocada é separada por vírgula.

Ex.: De todas as revoluções, para o homem, a morte é a maior e a derradeira.

- Em enumerações

sem gradação: Coleciono livros, revistas, jornais, discos.

com gradação: Não compreendo o ciúme, a saudade, a dor da despedida.

Não se separa por vírgula:

- sujeito de predicado;

- objeto de verbo;

- adjunto adnominal de nome;

- complemento nominal de nome;

- oração principal da subordinada substantiva (desde que esta não seja apositiva nem apareça na ordem inversa).

— Dois Pontos

São utilizados:

- Na enumeração, explicação, notícia subsidiária.

Ex.: Comprou dois presentes: um livro e uma caneta.

“que (Viegas) padecia de um reumatismo teimoso, de uma asma não menos teimosa e de uma lesão de coração: era um hospital concentrado”

“Queremos governos perfeitos com homens imperfeitos: *disparate*”

- Em expressões que se seguem aos verbos *dizer, retrucar, responder* (e semelhantes) e que dão fim à declaração textual, ou que assim julgamos, de outrem.

Ex.: “Não me quis dizer o que era: mas, como eu instasse muito:

— Creio que o Damião desconfia alguma coisa”

- Em alguns casos, onde a intenção é caracterizar textualmente o discurso do interlocutor, a transcrição aparece acompanhada de aspas, e poucas vezes de travessão.

Ex.: “Ao cabo de alguns anos de peregrinação, atendi às suplicas de meu pai:

— Vem, dizia ele na última carta; se não vieres depressa acharás tua mãe morta!”

Em expressões que, ao serem enunciadas com entonação especial, o contexto acaba sugerindo causa, consequência ou explicação.

Ex.: “Explico-me: o diploma era uma carta de alforria”

- Em expressões que possuam uma quebra na sequência das ideias.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras.

ATENÇÃO: Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas.

Vejamos:

1) os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

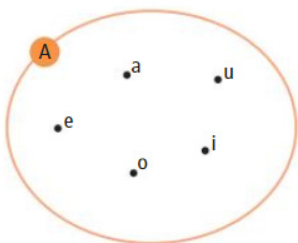
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

2) os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa tal que.

3) os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



Relação de pertinência

Usamos os símbolos \in (pertence) e \notin (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

Tipos de Conjuntos

- **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por \emptyset ou, simplesmente $\{ \}$.
- **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.
- **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.
- **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

\subset	está contido
\supset	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

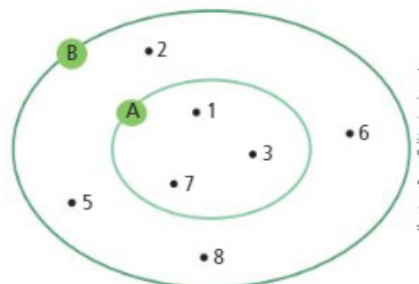
Igualdade de conjuntos

Dois conjuntos A e B são **IGUAIS**, indicamos $A = B$, quando possuem os mesmos elementos.

Dois conjuntos A e B são **DIFERENTES**, indicamos por $A \neq B$, se pelo menos UM dos elementos de um dos conjuntos NÃO pertence ao outro.

Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B, dizemos que A é subconjunto de B. **Exemplo:** $A = \{1,3,7\}$ e $B = \{1,2,3,5,6,7,8\}$.



Os elementos do conjunto A **estão contidos** no conjunto B.

ATENÇÃO:

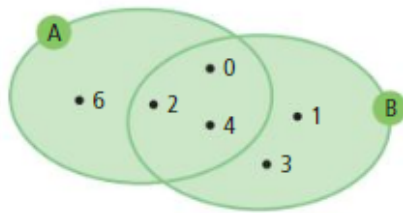
- 1) **Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;**
- 2) **O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;**
- 3) **O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A.**
- 4) **O número de seu subconjunto é dado por: 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.**

Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0,2,4,6\}$ e $B = \{0,1,2,3,4\}$, como exemplo, vejamos:

• **União de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B. Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$.

Exemplo:

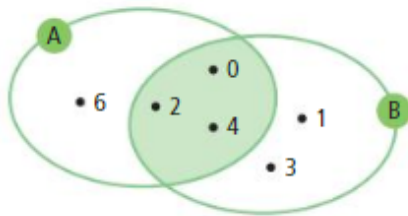


A parte pintada dos conjuntos indica $A \cup B$.

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B.

• **Intersecção de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B. Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica $A \cap B$.

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B.

OBSERVAÇÃO: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são **conjuntos disjuntos**.

Propriedades da união e da intersecção de conjuntos

1ª) Propriedade comutativa

$A \cup B = B \cup A$ (comutativa da união)

$A \cap B = B \cap A$ (comutativa da intersecção)

2ª) Propriedade associativa

$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C)$ (associativa da união)

$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C)$ (associativa da intersecção)

3ª) Propriedade distributiva

$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C)$ (distributiva da intersecção em relação à união)

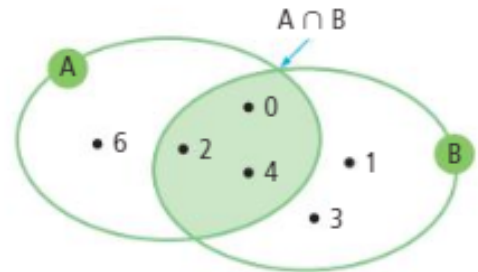
$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$ (distributiva da união em relação à intersecção)

4ª) Propriedade

Se $A \subset B$, então $A \cup B = B$ e $A \cap B = A$, então $A \subset B$

Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos
É dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo:

(CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC) Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 deles não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

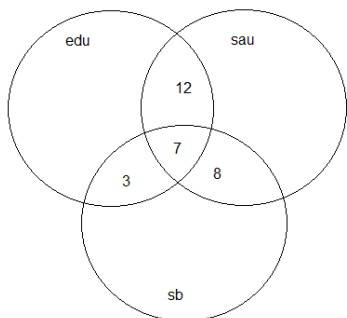
APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

Portanto, $30 - 7 - 12 - 8 = 3$

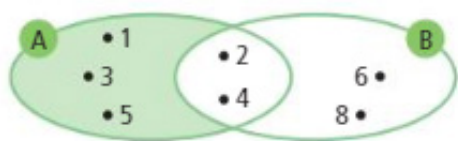
Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.



Em saneamento se inscreveram: $3 + 7 + 8 = 18$

Resposta: C

• **Diferença:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A e não pertencem a B . Representa-se por $A - B$. Para determinar a diferença entre conjuntos, basta observamos o que o conjunto A tem de diferente de B . Tomemos os conjuntos: $A = \{1,2,3,4,5\}$ e $B = \{2,4,6,8\}$



A parte pintada nos conjuntos indica $A - B$.

$$A - B = \{1, 3, 5\}$$

Lê-se: A menos B .

Note que: $A - B \neq B - A$

Exemplo:

(PREF. CAMAÇARI/BA – TÉC. VIGILÂNCIA EM SAÚDE NM – AOCF) Considere dois conjuntos A e B , sabendo que assinale a alternativa que apresenta o conjunto B .

- (A) $\{1;2;3\}$
- (B) $\{0;3\}$
- (C) $\{0;1;2;3;5\}$
- (D) $\{3;5\}$
- (E) $\{0;3;5\}$

Resolução:

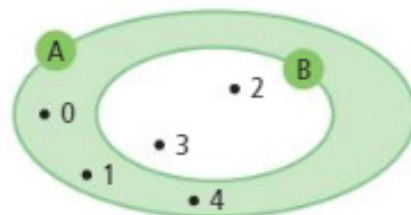
A intersecção dos dois conjuntos, mostra que 3 é elemento de B .

$A - B$ são os elementos que tem em A e não em B .

Então de $A \cup B$, tiramos que $B = \{0; 3; 5\}$.

Resposta: E

• **Complementar:** chama-se complementar de B (B é subconjunto de A) em relação a A o conjunto $A - B$, isto é, o conjunto dos elementos de A que não pertencem a B . Exemplo: $A = \{0,1,2,3,4\}$ e $B = \{2,3\}$



A parte pintada nos conjuntos indica C_A^B .

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

Múltiplos

Dizemos que um número é múltiplo de outro quando o primeiro é resultado da multiplicação entre o segundo e algum número natural e o segundo, nesse caso, é divisor do primeiro. O que significa que existem dois números, x e y , tal que x é múltiplo de y e se existir algum número natural n tal que:

$$x = y \cdot n$$

Se esse número existir, podemos dizer que y é um divisor de x e podemos escrever: $x = n/y$

Observações:

- 1) Todo número natural é múltiplo de si mesmo.
- 2) Todo número natural é múltiplo de 1.
- 3) Todo número natural, diferente de zero, tem infinitos múltiplos.
- 4) O zero é múltiplo de qualquer número natural.
- 5) Os múltiplos do número 2 são chamados de números pares, e a fórmula geral desses números é $2k$ ($k \in \mathbb{N}$). Os demais são chamados de números ímpares, e a fórmula geral desses números é $2k + 1$ ($k \in \mathbb{N}$).
- 6) O mesmo se aplica para os números inteiros, tendo $k \in \mathbb{Z}$.

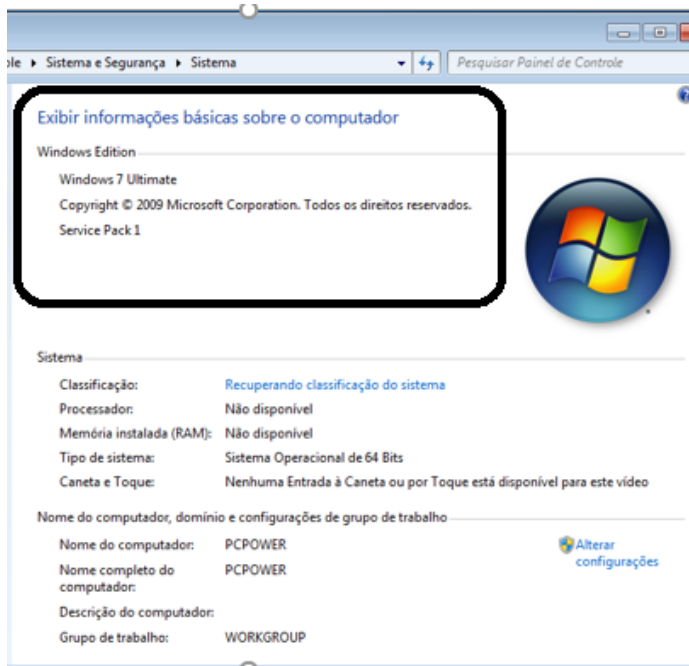
Crítérios de divisibilidade

São regras práticas que nos possibilitam dizer se um número é ou não divisível por outro, sem que seja necessário efetuarmos a divisão.

No quadro abaixo temos um resumo de alguns dos critérios:

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-WINDOWS 7: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2016

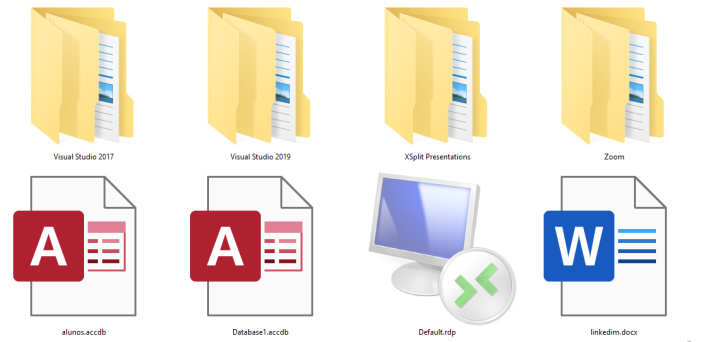


Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



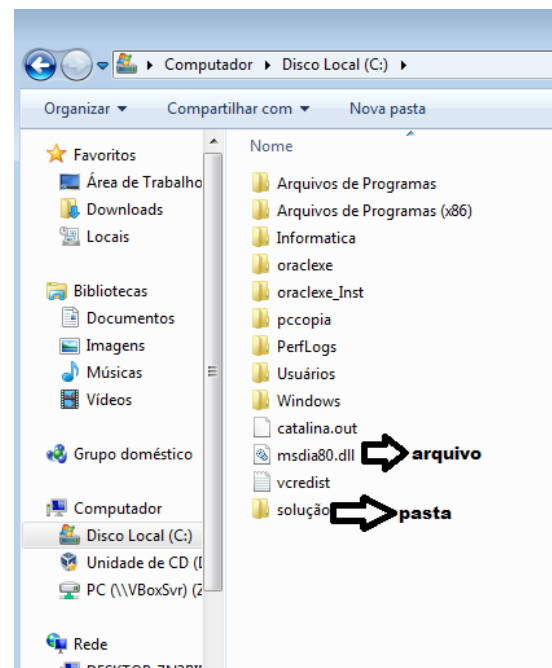
No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

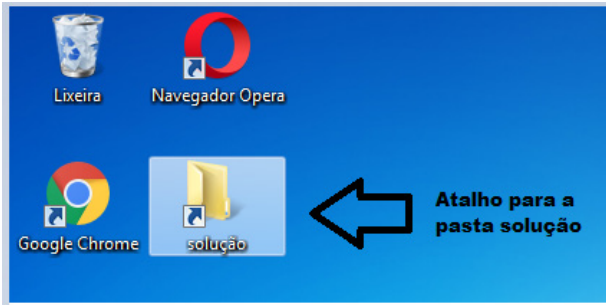
Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

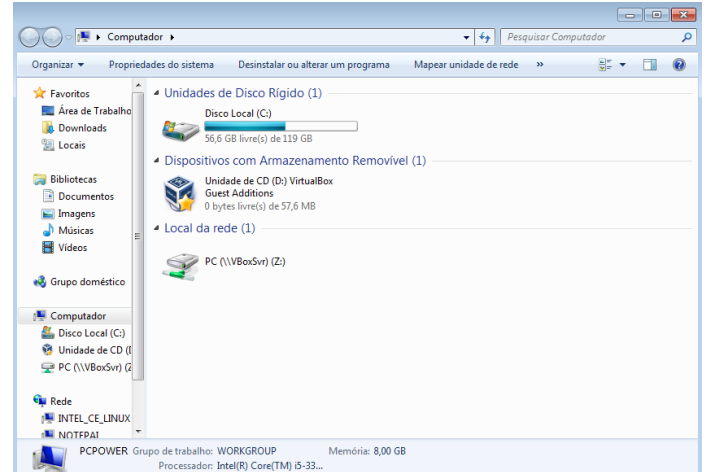
- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.

- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.





Área de trabalho do Windows 7



Uso dos menus



Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Programas e aplicativos

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

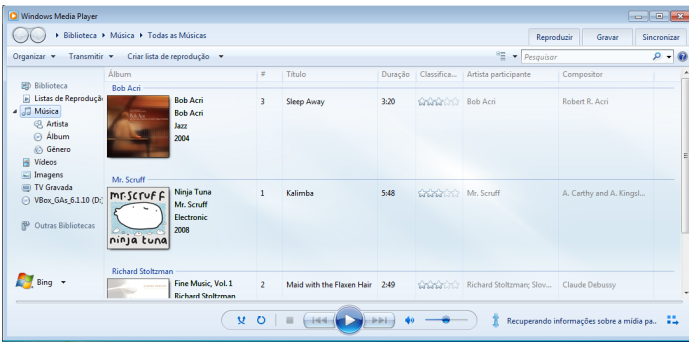
Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela, simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

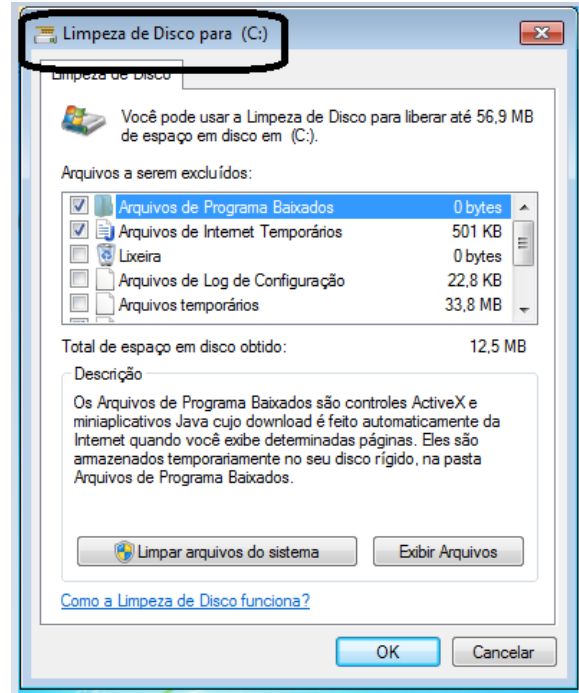
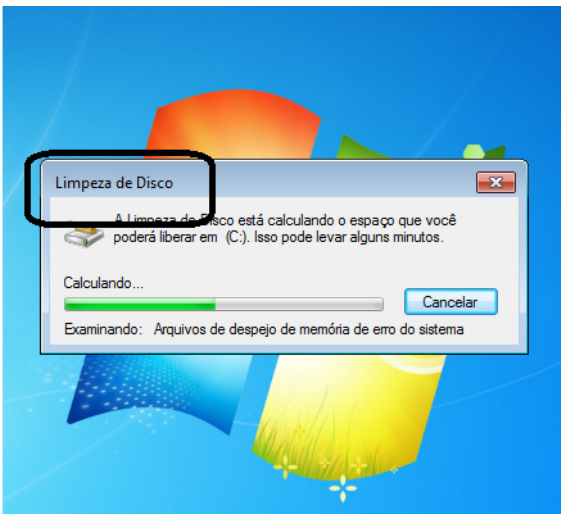
Música e Vídeo

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

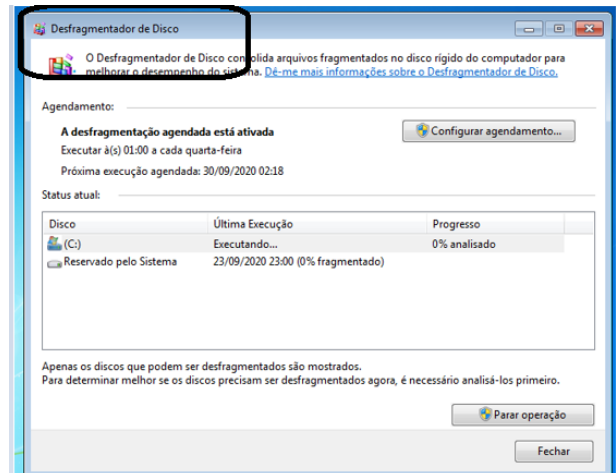


Ferramentas do sistema

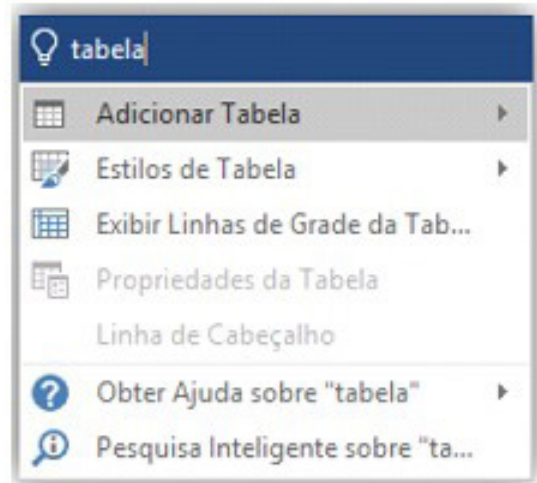
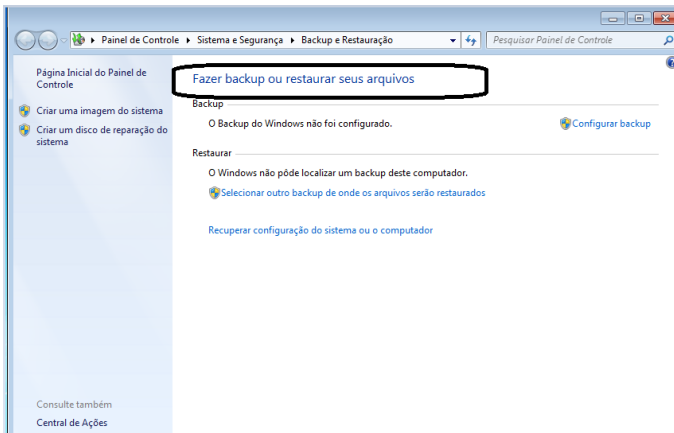
• **A limpeza de disco** é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• **O desfragmentador de disco** é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

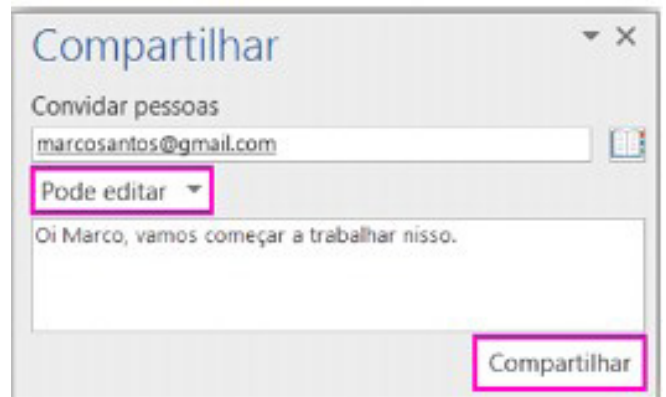


• O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.



– **Trabalhando em grupo, em tempo real:** permite que vários usuários trabalhem no mesmo documento de forma simultânea.

MS-WORD 2016: ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS, TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO



Essa versão de edição de textos vem com novas ferramentas e novos recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática¹.

O Word 2016 está com um visual moderno, mas ao mesmo tempo simples e prático, possui muitas melhorias, modelos de documentos e estilos de formatações predefinidos para agilizar e dar um toque de requinte aos trabalhos desenvolvidos. Trouxe poucas novidades, seguiu as tendências atuais da computação, permitindo o compartilhamento de documentos e possuindo integração direta com vários outros serviços da web, como Facebook, Flickr, Youtube, Onedrive, Twitter, entre outros.

Novidades no Word 2016

– **Diga-me o que você deseja fazer:** facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente a ferramenta ou configurações que procurar.

Ao armazenar um documento on-line no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas que usam o Word 2016 ou Word On-line, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento on-line, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

¹ <http://www.popescolas.com.br/eb/info/word.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Básica I

TEORIAS DA EDUCAÇÃO: PRINCIPAIS TEORIAS DA EDUCAÇÃO E SEUS FUNDAMENTOS

A educação é um campo de estudo complexo e multifacetado, que ao longo dos séculos foi influenciado por diferentes perspectivas filosóficas, científicas e sociais. As teorias da educação refletem essas diferentes abordagens, propondo visões diversas sobre como o ser humano aprende, qual o papel do professor e do aluno, e como o processo educacional deve ser estruturado. Cada teoria traz consigo implicações práticas para o ambiente escolar, desde a organização do currículo até as metodologias de ensino utilizadas.

Teoria Tradicional (ou Pedagogia Tradicional)

A Pedagogia Tradicional tem suas origens no século XVII, com a obra de Comênio, considerado o pai da didática moderna, e com Herbart, um dos primeiros a sistematizar a educação como ciência. A abordagem tradicional prevaleceu por muitos séculos e, em certos contextos, ainda é amplamente utilizada em instituições de ensino, especialmente em disciplinas mais exatas e formais.

Os principais fundamentos dessa teoria incluem:

- **Conteúdo como foco principal:** Na pedagogia tradicional, o conhecimento é considerado um fim em si mesmo. Os conteúdos devem ser sistematicamente organizados e transmitidos aos alunos, que devem absorvê-los de forma passiva. A estrutura curricular é fixa e rígida, com pouca margem para adaptações ou inovações.

- **Professor como autoridade central:** O professor assume o papel de detentor e transmissor do conhecimento, cabendo a ele decidir o que, como e quando os conteúdos serão abordados. O aluno, por sua vez, é visto como receptor passivo, cuja principal tarefa é absorver as informações que lhe são passadas.

- **Métodos de ensino tradicionais:** A metodologia predominante é a aula expositiva, onde o professor fala e os alunos escutam, anotam e memorizam. Avaliações são frequentemente baseadas em testes de repetição e memorização, com foco em resultados objetivos e mensuráveis.

Essa abordagem tem sido criticada por sua falta de flexibilidade e por desconsiderar as particularidades e o desenvolvimento individual dos alunos. Além disso, muitas vezes falha em estimular habilidades críticas e criativas, formando indivíduos mais voltados à repetição do que à inovação. Entretanto, seus defensores argumentam que ela promove a disciplina intelectual e a aquisição de conteúdos essenciais para a formação básica.

Exemplo prático: Uma escola que adota a pedagogia tradicional tende a estruturar o ensino em torno de aulas expositivas e avaliações padronizadas. Os alunos estudam, por exemplo, matemática de forma fragmentada, memorizando fórmulas e aplicando-as em exercícios repetitivos.

Teoria Progressista (ou Pedagogia Progressista)

A Pedagogia Progressista surge como uma reação às limitações da abordagem tradicional, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Entre seus principais expoentes está o filósofo e educador John Dewey, que propôs uma visão de educação centrada no aluno e nas suas experiências. Dewey acreditava que a educação deve preparar o indivíduo para a vida democrática, promovendo o pensamento crítico e a participação ativa na sociedade.

Os fundamentos da pedagogia progressista incluem:

- **Educação centrada no aluno:** Ao contrário da pedagogia tradicional, o foco da pedagogia progressista está no aluno, que é visto como sujeito ativo e participante no processo de aprendizagem. O papel do professor é guiar e facilitar o aprendizado, promovendo um ambiente de diálogo e reflexão.

- **Aprendizado por experiência:** Dewey defendia que o aprendizado ocorre por meio da experiência direta e da resolução de problemas práticos. O currículo deve ser flexível e conectado com o contexto social e cultural dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades para a vida.

- **Educação como prática social e transformadora:** Para os progressistas, a educação não deve ser apenas uma preparação para o mercado de trabalho, mas uma ferramenta de transformação social. Paulo Freire, um dos maiores representantes da pedagogia progressista no Brasil, reforça essa ideia ao propor uma “educação libertadora”, que busca conscientizar os alunos sobre as injustiças sociais e prepará-los para atuar na transformação da realidade.

Exemplo prático: Numa escola progressista, as aulas de história podem ser desenvolvidas a partir de debates sobre a realidade social e política atual. O professor pode propor que os alunos estudem os movimentos sociais, relacionando-os a eventos históricos, ao invés de apenas memorizar datas e fatos.

Teoria Construtivista

A Teoria Construtivista, desenvolvida por Jean Piaget, se baseia na ideia de que o conhecimento é construído pelo próprio aluno através de suas interações com o ambiente. Para Piaget, a aprendizagem não é passiva, mas um processo ativo, onde o aluno utiliza suas experiências prévias para dar sentido ao novo conhecimento.

Os princípios centrais da teoria construtivista são:

- **Conhecimento construído ativamente:** Os alunos não são tábulas rasas, mas trazem consigo experiências e conhecimentos prévios que influenciam como aprendem. A aprendizagem ocorre através da assimilação (incorporação de novas informações) e acomodação (reorganização do conhecimento existente para acomodar novas ideias).



CONTRIBUIÇÕES DE TEÓRICOS COMO PIAGET, VYGOTSKY, FREINET, ENTRE OUTROS

Introdução

A educação é um campo de estudo que evoluiu ao longo dos séculos, fundamentada em diferentes teorias e práticas pedagógicas. O desenvolvimento das teorias da educação reflete mudanças nas concepções de aprendizado, infância e desenvolvimento humano, oferecendo diretrizes para a formação de educadores e a prática pedagógica em sala de aula. Compreender as principais teorias que moldaram a educação moderna é essencial para professores e profissionais da área, pois essas teorias fornecem uma base sólida para a criação de ambientes de aprendizagem eficazes, que respeitam as necessidades e potencialidades dos alunos.

Dentre os teóricos mais influentes da educação, destacam-se Jean Piaget, Lev Vygotsky e Célestin Freinet, cujas contribuições revolucionaram a forma como entendemos o processo de aprendizagem e a relação professor-aluno. Cada um deles, a partir de suas abordagens específicas, ofereceu insights valiosos sobre o desenvolvimento cognitivo, a influência do contexto social e a importância de uma educação mais humanizada e democrática.

Teoria Cognitivista de Jean Piaget

Jean Piaget (1896–1980) foi um psicólogo suíço cujas pesquisas sobre o desenvolvimento cognitivo da criança são amplamente reconhecidas como fundamentais para a educação moderna. Sua teoria do desenvolvimento cognitivo baseia-se na ideia de que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento que influenciam a forma como elas aprendem e interagem com o mundo ao seu redor. Piaget propôs quatro estágios principais:

- **Estágio Sensório-Motor (0 a 2 anos):** Durante este período, as crianças aprendem sobre o mundo através de seus sentidos e ações físicas. Elas desenvolvem o conceito de permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

- **Estágio Pré-Operacional (2 a 7 anos):** Nesta fase, as crianças começam a usar a linguagem para explorar e expressar suas ideias. Elas ainda têm dificuldades em ver as coisas do ponto de vista dos outros (egocentrismo) e tendem a ser limitadas por pensamentos baseados em percepções imediatas.

- **Estágio Operacional Concreto (7 a 11 anos):** A criança desenvolve a capacidade de realizar operações lógicas sobre objetos concretos. Ela começa a entender conceitos como conservação e reversibilidade, que são fundamentais para a compreensão de operações matemáticas e científicas.

- **Estágio Operacional Formal (a partir dos 12 anos):** O adolescente é capaz de raciocinar de maneira abstrata e hipotética, resolvendo problemas complexos e desenvolvendo o pensamento crítico.

Para Piaget, o aprendizado ocorre através da adaptação, um processo que envolve dois mecanismos principais: assimilação, que ocorre quando uma criança integra novas informações em seus esquemas existentes, e acomodação, que é a modificação desses esquemas em resposta a novas experiências. Essas ideias influen-

- **Respeito às fases do desenvolvimento:** Piaget identificou quatro estágios do desenvolvimento cognitivo (sensório-motor, pré-operacional, operatório concreto e operatório formal), e defendeu que o ensino deve respeitar essas fases, oferecendo desafios adequados à capacidade cognitiva de cada aluno.

- **Aprendizagem como resolução de problemas:** Os alunos devem ser incentivados a resolver problemas e a descobrir respostas por si mesmos, ao invés de receber informações prontas. O erro é visto como parte natural do processo de aprendizagem.

Exemplo prático: Em uma sala de aula construtivista, o ensino de ciências pode ser conduzido por meio de experimentos e investigações realizadas pelos próprios alunos, que formulam hipóteses, testam ideias e, assim, constroem seu conhecimento.

Teoria Histórico-Cultural (ou Sociointeracionismo)

A Teoria Histórico-Cultural, formulada por Lev Vygotsky, acrescenta uma dimensão social e cultural ao processo de aprendizado. Vygotsky defende que o desenvolvimento cognitivo do indivíduo não pode ser separado do contexto social em que está inserido. Para ele, a interação com outras pessoas e com ferramentas culturais (como a linguagem) é essencial para a aprendizagem.

Os princípios fundamentais do sociointeracionismo incluem:

- **Interação social como base do aprendizado:** O aprendizado ocorre por meio da interação entre indivíduos, especialmente entre aqueles que já dominam certo conhecimento (professores, colegas, pais) e aqueles que estão em processo de aprendizagem.

- **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):** Um conceito central na teoria de Vygotsky é a ZDP, que representa o espaço entre o que o aluno consegue fazer sozinho e o que ele consegue fazer com ajuda. A função do professor é atuar como mediador, ajudando o aluno a superar os desafios dentro dessa zona.

- **Mediação pela linguagem e cultura:** A linguagem é vista como a principal ferramenta de mediação no processo de aprendizagem. O conhecimento não é algo isolado, mas está inserido em um contexto cultural, e a escola deve atuar como um ambiente de mediação entre a cultura e o aluno.

Exemplo prático: Em uma abordagem sociointeracionista, o ensino de leitura e escrita pode envolver atividades colaborativas, onde os alunos, em grupos, leem textos em voz alta, discutem o conteúdo e constroem juntos o entendimento do material.

Conclusão

As diferentes teorias da educação refletem concepções distintas sobre o aprendizado e o desenvolvimento humano. Embora cada uma tenha suas limitações e contribuições, elas se complementam na prática pedagógica contemporânea. Em muitas escolas, observa-se uma combinação de abordagens, visando atender às necessidades variadas dos alunos. Compreender os fundamentos de cada teoria permite aos educadores escolher as melhores estratégias para facilitar o aprendizado de forma eficaz e significativa.



ciaram profundamente a educação, enfatizando a importância de adaptar o ensino ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky

Lev Vygotsky (1896–1934), psicólogo russo, trouxe uma perspectiva diferente para o estudo do desenvolvimento infantil, enfatizando o papel crucial da cultura e das interações sociais no processo de aprendizagem. Sua teoria sociocultural sugere que o desenvolvimento cognitivo é indissociável do contexto social e cultural no qual a criança está inserida. Para Vygotsky, o aprendizado não é apenas um processo individual, mas uma atividade essencialmente mediada socialmente.

Um dos conceitos centrais de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se refere à distância entre o que uma criança consegue fazer sozinha e o que ela pode realizar com a ajuda de outra pessoa, geralmente um adulto ou um colega mais experiente. O papel do professor, nesse contexto, é o de mediador, auxiliando o aluno a realizar tarefas que ele ainda não consegue executar de maneira independente.

Outro aspecto importante da teoria de Vygotsky é o papel da linguagem no desenvolvimento cognitivo. Ele acreditava que o pensamento e a linguagem estão intimamente relacionados, e que a internalização da linguagem é fundamental para o desenvolvimento de funções mentais superiores, como o planejamento e a resolução de problemas. Assim, as interações sociais, especialmente as que envolvem o uso da linguagem, são essenciais para o aprendizado.

Na prática educacional, as ideias de Vygotsky destacam a importância do trabalho colaborativo e do ensino orientado para o desenvolvimento das capacidades potenciais dos alunos, considerando sempre o seu contexto social e cultural.

Pedagogia Libertária de Célestin Freinet

Célestin Freinet (1896–1966) foi um educador francês que desenvolveu uma pedagogia baseada no trabalho cooperativo e na autonomia dos alunos. Sua abordagem, conhecida como Pedagogia Libertária, valoriza a aprendizagem ativa e a participação dos alunos na construção do conhecimento, sempre em um ambiente de cooperação e respeito mútuo.

Freinet acreditava que a escola deveria ser um espaço de liberdade e experimentação, no qual os alunos pudessem explorar seus interesses e desenvolver suas habilidades em colaboração com os colegas. Ele introduziu técnicas pedagógicas inovadoras, como o texto livre, em que os alunos escrevem livremente sobre temas de sua escolha, e as aulas-passeio, onde a aprendizagem ocorre fora da sala de aula, em contato direto com a realidade.

Para Freinet, a educação não deveria se limitar à transmissão de conhecimento, mas sim estimular a autonomia, a criatividade e o senso crítico dos alunos. Sua pedagogia enfatiza o papel ativo do aluno no processo de aprendizagem e a importância de um ambiente democrático e participativo na sala de aula.

Outros Teóricos Relevantes

Além de Piaget, Vygotsky e Freinet, outros teóricos tiveram contribuições significativas para o campo da educação:

- **Maria Montessori:** Pioneira na educação infantil, Montessori enfatizou a importância do ambiente preparado, onde as crianças têm liberdade para explorar materiais educacionais que estimulam

o desenvolvimento sensorial e cognitivo. Sua abordagem valoriza a aprendizagem autodirigida e o respeito pelo ritmo individual de cada criança.

- **John Dewey:** Filósofo e educador norte-americano, Dewey foi um dos principais defensores da educação progressista, que vê a escola como um espaço de experimentação e experiência prática. Para ele, a educação deve estar voltada para a formação de cidadãos críticos e participativos, e o aprendizado deve ser orientado pela experiência direta.

- **Paulo Freire:** Educador brasileiro, Freire é conhecido por sua abordagem crítica à educação. Sua obra mais famosa, **Pedagogia do Oprimido**, propõe uma educação dialógica, em que professores e alunos constroem o conhecimento juntos. Freire enfatiza a conscientização e a educação como ferramenta para a transformação social.

Conclusão

As teorias da educação apresentadas fornecem uma visão abrangente das diferentes abordagens pedagógicas que influenciam o ensino até os dias de hoje. Cada teórico, com sua perspectiva única, contribuiu para o desenvolvimento de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e eficazes. Para os educadores, compreender essas teorias é fundamental para adaptar suas práticas às necessidades dos alunos e aos desafios da educação contemporânea, promovendo um aprendizado mais significativo e transformador.

A integração das contribuições de Piaget, Vygotsky, Freinet e outros teóricos permite que os professores utilizem uma abordagem diversificada, respeitando o desenvolvimento cognitivo, o contexto social e a autonomia dos alunos. Dessa forma, a educação pode cumprir seu papel de formar cidadãos críticos, criativos e preparados para os desafios do mundo moderno.

APLICAÇÃO DAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL

Introdução

A educação infantil e o ensino fundamental representam as primeiras etapas formais da formação escolar de uma criança. Nessas fases, os alunos são expostos a uma ampla gama de experiências e influências que moldam suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. A aplicação de diferentes teorias educacionais nesses contextos varia conforme as necessidades de cada fase do desenvolvimento infantil, as políticas educacionais vigentes e a formação dos educadores. Neste texto, abordaremos como as principais teorias da educação – a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Progressista, a Teoria Construtivista e a Teoria Histórico-Cultural – se manifestam na prática educacional voltada para as crianças da educação infantil e do ensino fundamental. Essa análise tem como objetivo oferecer uma visão de como essas abordagens são aplicadas e como podem contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos.

Aplicação da Pedagogia Tradicional na Educação Infantil e Fundamental

Apesar das críticas contemporâneas, a Pedagogia Tradicional ainda encontra espaço em muitas escolas, especialmente no ensino fundamental, onde se prioriza a formação básica dos alunos em áreas como leitura, escrita e cálculo. Na educação infantil, essa abordagem é menos comum, mas ainda pode ser observada em algumas práticas que priorizam a disciplina e a transmissão de regras.

- **Na Educação Infantil:** A aplicação da pedagogia tradicional na educação infantil se dá através de práticas muito estruturadas, com foco na repetição e memorização. As atividades costumam ser rígidas e orientadas para o desenvolvimento de habilidades específicas, como a aprendizagem de letras, números e cores. O professor tem o papel de guiar os alunos de maneira direta, com pouca ênfase na autonomia.

Exemplo prático: Crianças são ensinadas a reconhecer o alfabeto por meio de exercícios repetitivos, como traçar letras em cadernos ou recitar o alfabeto em coro.

- **No Ensino Fundamental:** No ensino fundamental, a pedagogia tradicional se manifesta através de um currículo rígido, no qual as disciplinas são ensinadas de maneira isolada, com foco na transmissão de conteúdos e pouca ênfase em contextos interdisciplinares ou projetos colaborativos. O professor continua sendo a figura central, e o sucesso escolar é medido principalmente por meio de testes e avaliações formais.

Exemplo prático: No ensino de matemática, os alunos aprendem a fazer operações básicas (adição, subtração, multiplicação e divisão) através de exercícios repetitivos e práticas voltadas à memorização de tabuada.

A aplicação dessa teoria oferece uma estrutura clara e organizada, que pode ser útil para a alfabetização e a aquisição de conhecimentos básicos, mas tende a limitar o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico, fundamentais em etapas mais avançadas do processo educativo.

Aplicação da Pedagogia Progressista na Educação Infantil e Fundamental

A Pedagogia Progressista, especialmente a partir das ideias de Paulo Freire e John Dewey, tem uma abordagem centrada no aluno, onde o objetivo é a formação crítica e social dos indivíduos. Na educação infantil e no ensino fundamental, essa abordagem busca valorizar as experiências prévias dos alunos e criar conexões entre os conteúdos acadêmicos e a realidade social em que vivem.

- **Na Educação Infantil:** No contexto da educação infantil, a pedagogia progressista promove atividades que valorizam o brincar como principal forma de aprendizado, reconhecendo que o lúdico é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. O professor assume o papel de facilitador, promovendo interações entre as crianças e ajudando-as a resolver problemas e tomar decisões de forma colaborativa.

Exemplo prático: Em uma sala de aula progressista, as crianças podem participar de atividades que envolvem a construção de brinquedos com materiais reciclados, enquanto discutem sobre sustentabilidade e o impacto do lixo no meio ambiente.

- **No Ensino Fundamental:** No ensino fundamental, a pedagogia progressista incentiva projetos interdisciplinares e atividades que conectam o currículo escolar com questões sociais e culturais do cotidiano dos alunos. O objetivo é formar cidadãos críticos, capazes de refletir sobre a realidade e de agir para transformá-la.

Exemplo prático: Durante as aulas de história, os alunos podem investigar a história da sua comunidade local e desenvolver um projeto sobre a cultura e a diversidade de sua região, promovendo uma discussão sobre cidadania e pertencimento.

A aplicação dessa teoria no contexto da educação infantil e fundamental promove o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade social e da capacidade crítica dos alunos, formando cidadãos conscientes e engajados.

Aplicação da Teoria Construtivista na Educação Infantil e Fundamental

A Teoria Construtivista, com base nos estudos de Jean Piaget, valoriza o aprendizado por descoberta, no qual a criança constrói seu conhecimento a partir da interação com o ambiente e suas experiências. Essa teoria tem grande impacto na educação infantil e no ensino fundamental, uma vez que essas etapas são vistas como períodos críticos para o desenvolvimento cognitivo.

- **Na Educação Infantil:** Na educação infantil, a aplicação do construtivismo envolve criar um ambiente rico em estímulos, onde as crianças possam explorar, manipular e interagir com diferentes objetos e situações, promovendo a construção ativa do conhecimento. O professor organiza atividades que permitam às crianças testar hipóteses, fazer perguntas e encontrar soluções para problemas práticos.

Exemplo prático: Em uma sala de aula construtivista, as crianças podem brincar com blocos de construção para entender conceitos matemáticos básicos, como forma, tamanho e quantidade, descobrindo por si mesmas relações entre os objetos.

- **No Ensino Fundamental:** No ensino fundamental, a teoria construtivista é aplicada por meio de projetos e atividades que desafiam os alunos a resolver problemas reais, integrando o conhecimento de várias áreas. O papel do professor é facilitar o processo de investigação e incentivar a reflexão sobre as estratégias usadas pelos alunos para resolver as questões.

Exemplo prático: Em uma aula de ciências, os alunos podem ser incentivados a construir experimentos que simulem o ciclo da água, observando e registrando os resultados para, em seguida, discutir suas descobertas.

O construtivismo contribui para a formação de alunos autônomos, com capacidade de investigação e raciocínio lógico, respeitando os estágios de desenvolvimento cognitivo de cada faixa etária.

Aplicação da Teoria Histórico-Cultural na Educação Infantil e Fundamental

A Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Lev Vygotsky, enfatiza a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, sendo especialmente relevante nas etapas iniciais da

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Legislação

LEI MUNICIPAL Nº 851 DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARATY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI N.º 851/90

*DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE PARATY E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Prefeito Municipal de Paraty:

Faço saber que a Câmara Municipal DECRETA e eu SANCIONO a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO ÚNICO

Art.º 1º - Esta Lei define, sob denominação de “ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARATY”, o regime jurídico único dos funcionários do Município de Paraty, da Prefeitura e da Câmara Municipal.

Art.º 2º - Para os efeitos desta Lei, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público criado por Lei, ou denominação própria e pago pelos cofres Municipais.

PARÁGRAFO ÚNICO – O vencimento dos cargos públicos será fixado em Lei.

Art.º 3º - Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros que preenchem as condições prescritas em Lei e regulamento.

Art.º 4º - Os cargos públicos são de provimento efetivo ou em comissão.

§ 1º - Função de confiança é a instituída para atender a encargos de chefia e de assistência e assessoramento intermediários, para cujo desempenho perceberá o funcionário gratificação.

§ 2º - O exercício de função de confiança guardará correspondência de atribuições com as do cargo efetivo exercido pelo funcionário designado, ou com sua formação profissional.

Art.º 5º - A classificação de cargos e funções obedecerá sempre o plano estabelecido em Lei.

Art.º 6º - É vedado imposto ao funcionário funções diversas das especificadas para a respectiva carreira ou para o cargo de que é titular, como tais definidas em Lei no regulamento, exceto quando se tratar de readaptação por exigência médica.

PARÁGRAFO ÚNICO – É proibida a prestação de serviços gratuitos, ressalvada, no entanto, a participação em Comissão ou Grupo de trabalho para elaboração de estudos ou projetos de interesse da administração municipal.

TÍTULO II DO PROVIMENTO, DO EXERCÍCIO E DA VACÂNCIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.º 7º - Os cargos públicos municipais são providos por:

- I– nomeação;
- II– promoção;
- III– aproveitamento;
- IV– reintegração;
- V– reversão.

Art.º 8º - O ato de provimento indicará sempre a existência de vagas, com os elementos capazes de identificá-las.

Art.º 9º - Os cargos vagos de início de carreira e os isolados, de qualquer categoria funcional, serão providos por concurso público e provas ou de provas e títulos.

SEÇÃO I DO CONCURSO

Art.º 10 – Qualquer investidura em cargo efetivo da Administração Municipal dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

PARÁGRAFO ÚNICO – O concurso terá por finalidade avaliar o grau de conhecimento e a qualificação ou aptidão profissional do candidato, com vistas ao desempenho das atribuições do cargo.

Art.º 11 – Dos editais dos concursos deverão constar, entre outros, os seguintes requisitos:

- I– o grau de instrução exigido;
- II– o número de vagas a serem preenchidas, distribuídas por especialização, quando for o caso;
- III– o prazo de validade do concurso, que será, no mínimo, de 1 (um) ano.

SEÇÃO II DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art.º 12 – A investidura em cargo efetivo ou em comissão ocorrerá com a posse.

Art.º 13 – A posse em cargo efetivo terá início no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação oficial do ato de provimento, pena de desistência.

Art.º 14 – O órgão de pessoal indicará a unidade administrativa de exercício do funcionário, observada a respectiva lotação.

Art.º 15 – Para entrar em exercício, o funcionário apresentará ao órgão de pessoal os elementos necessários ao seu assentamento individual.

SEÇÃO III DA FIANÇA

Art.º 16 – Quando o provimento em cargo ou função depender de prestação de fiança, não se dará a investidura sem a prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º - A fiança poderá ser prestada em:

I– dinheiro;

II– títulos de dívida pública;

III– apólice de seguro de fidelidade funcional, emitida por instituição legalmente autorizada.

§ 2º - Não será autorizado o levantamento da fiança antes de tomadas as contas dos funcionários.

§ 3º - Não ficará o funcionário isento do procedimento administrativo, ainda que o valor da fiança seja superior ao prejuízo verificado.

SEÇÃO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art.º 17 – Estágio probatório é o período de 2 (dois) anos de efetivo exercício do cargo para o qual foi o funcionário nomeado por concurso.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não está sujeito a novo estágio probatório o funcionário que, já tendo adquirido estabilidade, for nomeado para outro cargo municipal.

Art.º 18 – No período de estágio probatório, poderá a administração, a qualquer tempo, através de processo administrativo regular, exonerar o funcionário que não revelar;

I– eficiência;

II– assiduidade e pontualidade;

III– disciplina;

IV– idoneidade moral.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado à Administração designar funcionário para desempenhar atribuições estranhas às previstas para seu cargo.

CAPÍTULO II DAS FORMAS DE PROVIMENTO

SEÇÃO I DA NOMEAÇÃO

Art.º 19 – A nomeação será:

I– em caráter efetivo, quando se tratar de cargo dessa natureza;

II– em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de Lei, assim deva ser provido.

Art.º 20 – A nomeação para cargo de provimento efetivo dependerá de habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observado o número de vagas existentes e obedecida a ordem de classificação no concurso.

Art.º 21 – Participando de concurso o funcionário já pertencente ao quadro da Prefeitura terá, para fins de classificação, adicionadas ao resultado final, pontos conforme estabelecido no regulamento do concurso.

SEÇÃO II DA PROMOÇÃO

Art.º 22 – Promoção é a passagem do funcionário de um cargo para outro mais elevado da respectiva carreira, e será procedida conforme disponha a Lei de Organização Administrativa.

SEÇÃO III DO APROVEITAMENTO

Art.º 23 – Aproveitamento é o reingresso no serviço público municipal de funcionário em disponibilidade.

Art.º 24 – O aproveitamento dependerá:

a) da existência de vaga; e

b) da capacidade ou aptidão física, comprovada em inspeção médica.

Art.º 25 – Será tornado sem efeito o aproveitamento se o funcionário em disponibilidade não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada, apurada na forma da alínea “b” do artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO – Constatada a incapacidade definitiva, o funcionário em disponibilidade será aposentado.

SEÇÃO IV DA REINTEGRAÇÃO

Art.º 26 – A reintegração é o reingresso do funcionário no serviço público municipal por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens do cargo efetivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – a decisão administrativa que determinar a reintegração será sempre proferida em pedido de reconsideração ou em revisão de processo.

Art.º 27 – A reintegração far-se-á no cargo anteriormente ocupado pelo demitido, no resultante de sua transformação ou, se extinto ou ocupado, em cargo de vencimento equivalente a atribuições correlatas, atendida a habilitação profissional. Em caso de não existir vaga, o Poder competente remeterá Projeto de Lei criando o cargo.

Art.º 28 – O funcionário reintegrado será submetido a inspeção por junta médica e aposentado, se julgado incapacitado para serviço público municipal.

SEÇÃO V DA REVERSÃO

Art.º 29 – Reversão é o reingresso no serviço do funcionário aposentado por invalidez, quando julgado apto em inspeção por Junta Médica.

Art.º 30 – A reversão far-se-á sempre no mesmo cargo.

Art.º 31 – A reversão far-se-á “ex-officio” ou a pedido, não podendo reverter o inativo que contar 70 (setenta) anos de idade.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em qualquer hipótese, a reversão só ocorrerá no interesse do serviço, a juízo da Administração, verificada a existência de vaga.

CAPÍTULO III DA VACÂNCIA

Art.º 32 – A vacância do cargo público municipal decorrerá de:

I– exoneração;

II– demissão;

III– promoção;

IV– aposentadoria;

V- perda do cargo por decisão judicial;
VI- falecimento;
PARÁGRAFO ÚNICO – Dar-se-á a exoneração:
I- a pedido;
II- “ex-officio”.

Art.º 33 – Ocorrerá vaga na data:

I- do falecimento;

II- da publicação:

a) da lei que criar o cargo;

b) do ato que exonerar, demitir, promover ou aposentar.

Art.º 34 – Quando se tratar de função de confiança, dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido ou “ex-officio”.

TÍTULO III DA SUBSTITUIÇÃO

Art.º 35 – Haverá substituição, nos casos de impedimento ou ausência de titular de cargos, conforme estabelecido na Lei de Organização Administrativa.

TÍTULO IV DO TEMPO DE SERVIÇO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.º 36 – A apuração do tempo de serviço será feita em dias, convertidos estes em anos à razão de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para efeito de concessão de licença-prêmio e adicional por tempo de serviço, será computado, para os funcionários municipais, o seu anterior tempo de serviço ao Município ou autarquia municipal.

Art.º 37 – Considera-se como efetivo exercício o afastamento em virtude de:

I- férias;

II- casamento;

III- luto;

IV- licenças remuneradas para aperfeiçoamento profissional;

V- juri e outros serviços obrigatórios por Lei;

VI- licença por doença de notificação compulsória;

VII- licença a funcionária gestante;

VIII- licença do funcionário acidentado em serviço ou acometido de doença profissional;

IX- licença-prêmio;

X- licença para tratamento de saúde;

XI- licença para atividade política, na forma da legislação específica;

XII- desempenho de mandato eletivo municipal;

XIII- outras hipóteses previstas em Lei e no presente Estatuto.

Art.º 38 – Para efeito de aposentadoria e disponibilidade será computado o tempo de:

I – serviço público, federal, estadual e municipal prestado na administração direta, em autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista;

II- serviço ativo nas Forças Armadas;

III- serviço em atividade privada, desde que comprovada pela previdência social;

IV- licença-prêmio não gozada em dobro.

Art.º 39 – É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em cargos, empregos ou funções da Administração direta e indireta, em qualquer esfera do Governo, nem como em atividades privadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese de acumulação de cargos, é vedada também a contagem cumulativa do tempo de serviço de um e outro cargo.

CAPÍTULO II DO HORÁRIO DE TRABALHO E DO REGIME DE TEMPO INTEGRAL

Art.º 40 – A jornada de trabalho será aquela fixada na Lei de Organização administrativa.

Art.º 41 – Para atender aos serviços de cada unidade administrativa ou às necessidades do público, poderão ser estabelecidos turnos de trabalho ou horários especiais de plantões, respeitada a jornada normal do funcionário.

Art.º 42 – A Administração poderá aplicar regime de tempo integral a todos os funcionários, atingindo, no todo ou em parte, uma repartição ou apenas alguns funcionários, por determinado lapso de tempo, em razão de ocorrerem circunstâncias de excepcional necessidade.

§ 1º - O regime de tempo integral será aplicado por iniciativa e no interesse da Administração, como dispuser o regulamento.

§ 2º - O regime de tempo integral é incompatível com a prestação de horas extraordinárias.

§ 3º - O funcionário abrangido pelo regime de tempo integral receberá adicional remuneratório proporcional ao acréscimo de horas trabalhadas, o qual jamais ser incorpora ao vencimento.

TÍTULO V DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DA ACUMULAÇÃO

Art.º 43 – É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto as acumulações admitidas na Constituição Federal, nas condições ali previstas.

Art.º 44 – A compatibilidade de horários será reconhecida quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, em horários diversos, sem prejuízo do número regulamentar de horas de trabalho determinado para cada um.

Art.º 45 – A correlação de matéria pressupõe a existência de relação íntima e recíproca entre os conhecimentos específicos cujo ensino ou aplicação constitua atribuição principal dos cargos acumuláveis.

Art.º 46 – O funcionário dedicar-se-á regular cumprimento das tarefas e atividades de seu cargo ou função e manterá em serviço relacionamento respeitoso com seus chefes, colegas e subordinados.

Art.º 47 – São deveres dos funcionários:

I- assiduidade;

II- pontualidade;

III- discrição;

IV- urbanidade;

V- lealdade e respeito às instituições constitucional e administrativas a que servir;

VI- observância das normas legais e regulamentares;

VII– levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo;

VIII– zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;

IX– manter sempre atualizada a sua declaração de família e atualizados seus assentamentos funcionais;

X– atender prontamente:

a) às requisições para a defesa da Fazenda Municipal;

b) é expedição de certidões requeridas para defesa de direito;

XI– submeter-se à inspeção médica determinada pela autoridade competente;

XII– obediência às ordens superiores, exceto se manifestadamente ilegais;

XIII– guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função.

CAPÍTULO III DAS PROIBIÇÕES

Art.º 48 – Ao funcionário é proibido:

I– referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso em requerimento, representações, parecer ou despacho às autoridades e atos da administração pública ou censurá-los, por qualquer meio de divulgação pública;

II– retirar, modificar ou substituir, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou livro da repartição;

III– promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição;

Art.º 49 – O funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

PARÁGRAFO ÚNICO – A responsabilidade civil decorre do procedimento doloso ou culposos que importe em prejuízo da Fazenda Municipal ou de terceiros; a penal abrange os ilícitos imputados ao funcionário nessa qualidade; a administrativa resulta de atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho do cargo ou função.

Art.º 50 – O prejuízo causado à Fazenda Pública pelo funcionário deverá ser ressarcido na forma deste Estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO – Tratando-se deste dano causado a terceiros e indenizado pelo Município, caberá ação regressiva contra o funcionário responsável, na forma da Constituição Federal.

Art.º 51 – As cominações civis, penais e disciplinares poderão acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias.

PARÁGRAFO ÚNICO – A absolvição criminal só afasta a responsabilidade civil e administrativa se negar a existência de fato ou afastar do acusado a respectiva autoria.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art.º 52 – São penas disciplinares:

I– advertência;

II– repreensão;

III– suspensão;

IV– multas;

V– destituição da função;

VI– demissão.

Art.º 53 – Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza, a gravidade, os motivos e as circunstâncias da infração, os danos que dela provirem para o serviço público e os antecedentes do funcionário.

PARÁGRAFO ÚNICO – As penas impostas aos funcionários, serão registradas nos seus assentamentos.

Art.º 54 – Caberá a pena de advertência, a ser aplicada por escrito em caso de negligência.

Art.º 55 – Caberá a pena de repreensão, a ser aplicada por escrito, em casos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres, bem como reincidência de transgressão punível com pena de advertência.

Art.º 56 – Caberá a pena de suspensão, a ser aplicada em casos de:

I– reiterado descumprimento de dever funcional;

II– desrespeitado à proibição que, pela sua natureza não ensejar a pena de demissão;

III– reincidência em falta já punida com repreensão ou suspensão.

§ 1º - A pena de suspensão não poderá exceder a noventa (90) dias:

§ 2º - O funcionário suspenso terá suspensas todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo ou função neste período;

§ 3º - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão, por iniciativa do chefe imediato do funcionário, poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento (50%) por dia de vencimento, obrigado, em tal hipótese, o funcionário a permanecer normalmente em serviço.

Art.º 57 – A destituição de função dar-se-á quando verificada falta de exação no cumprimento do dever.

PARÁGRAFO ÚNICO – A destituição não impedirá a aplicação de outra pena disciplinar.

Art.º 58 – Caberá a pena de demissão, sempre precedida de processo administrativo, a ser aplicada nos casos de:

I– falta de natureza grave;

II– insubordinação reiterada em serviço;

III– ofensa física grave em serviço contra funcionário ou particular, saldo em legítima defesa;

IV– embriaguez habitual em serviço;

V– não atendimento aos requisitos do estágio probatório;

VI– desídia reiterada no cumprimento dos deveres;

VII– abandono do cargo;

VIII– inassiduidade habitual;

IX– ineficiência comprovada, com caráter de habitualidade, no desempenho dos encargos de sua competência.

§ 1º - Considera-se abandono de cargo, a ausência ao serviço sem causa justificada, por quinze (15) dias consecutivos.

§ 2º - Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta (30) dias intercalados, durante um período de doze (12) meses.

§ 3º - Nas hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o funcionário poderá reassumir o exercício a qualquer tempo, sem prejuízo do processo administrativo disciplinar para apuração dos motivos da ausência.

§ 4º - A autoridade competente poderá aceitar como justificativa, para a ausência, causa não especificada na legislação em vigor, desde que devidamente comprovada, caso em que as faltas serão justificadas apenas para fins disciplinares.